

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil

Normas para publicação

...

8. Uma vez publicados os trabalhos, à Navigator se reserva todos os direitos autorais, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução, com a devida citação da fonte.

Fonte: <http://www.revistanavigator.com.br/normas.html>. Acesso em: 29 ago. 2016.

Tentativas de paz na Guerra do Paraguai*

Peace attempts in the Paraguayan War

Francisco Doratioto

Professor no Departamento de História da Universidade de Brasília e Bolsista em Produtividade de Pesquisa do CNPq. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia (Argentina) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

RESUMO

O artigo analisa três tentativas de estabelecer um armistício durante a Guerra do Paraguai, para levar as partes em disputa a negociar a paz. Duas dessas tentativas – dos Estados Unidos e de repúblicas sul-americanas – foram intencionais e uma foi resultado das circunstâncias. Todas essas tentativas falharam, quer porque ocorreram quando Francisco Solano López tinha expectativas em relação ao desenrolar da guerra, quer porque somente a vitória militar garantia ao Estado Monárquico brasileiro que seus objetivos não seriam comprometidos.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; paz na Guerra do Paraguai; diplomacia e guerra

ABSTRACT

This article analyzes three attempts to reach an armistice during the Paraguay War in order to bring the Parties in the dispute to negotiate peace. Two of these attempts – from United States and South American republics – were intentional and one resulted from the existing circumstances. All of these attempts have failed, either because they happened when Francisco Solano López had positive expectations regarding the war, or because to the Brazilian Empire only victory could guarantee the Monarchic State's objectives not to be jeopardized.

KEYWORDS: War of Paraguay; Peace in War of Paraguay; diplomacy and war

A Guerra do Paraguai resultou da convergência de fatores estruturais, vinculados ao processo histórico do Rio da Prata e que foram catalisados na guerra civil uruguaia, iniciada em 1863, e fatores circunstanciais, como os erros de avaliação nas decisões dos governantes dos quatro países envolvidos no conflito e as próprias dinâmicas das políticas internas de Argentina, Brasil e Uruguai, que repercutiram regionalmente. Dessa complexa articulação entre macro história e histórias locais resultaram a invasão paraguaia de Mato Grosso, em dezembro de 1864, iniciando a guerra do Paraguai contra o Império do Brasil e o ataque paraguaio à província de Corrientes, em abril de 1865, desencadeando o conflito entre o país guarani e a Argentina. A decisão do ditador paraguaio Francisco Solano López de atacar seus dois maiores vizinhos simultaneamente constituiu um erro estratégico que inverteu a lógica das relações internacionais no Rio da Prata onde, até

* Artigo recebido em 21 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

então, Buenos Aires e Rio de Janeiro eram rivais. Para enfrentar o inimigo comum, o Império e a Argentina aliaram-se e, com a adesão do Uruguai, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865.

Os representantes diplomáticos do Império atuaram, na Europa e nas Américas, para apresentar a Tríplice Aliança como uma reação à agressão militar paraguaia à Argentina e ao Brasil e que a guerra não era contra o povo paraguaio mas, sim, contra Francisco Solano López. Ainda assim, nas repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico as simpatias eram pelo lado paraguaio, o mesmo ocorrendo nos Estados Unidos, cujas relações com o Império eram difíceis. Washington desconfiava da existência de uma monarquia na América republicana e, mais, governada por uma casa real europeia que poderia ser instrumento de valores e interesses da Europa em território americano.¹ Mesmo no Velho Continente, cujos governos mantiveram-se neutros na guerra, havia uma ou outra manifestação de simpatia para com a causa paraguaia. As inclinações em favor de Solano López resultavam, em parte, tendo em vista ser o Paraguai ostensivamente o lado mais fraco e percebido como um David a lutar contra Golias, a Tríplice Aliança. Afinal, enquanto o país guarani tinha uma população que não superava os 400.000 e um comércio externo de umas 500.000 libras esterlinas,² esses números para a Tríplice Aliança eram respectivamente de 11 milhões de habitantes (9.100.000 brasileiros, sendo um terço de escravos) e 36 milhões de libras esterlinas (quase 24 milhões do Brasil).

Contribuía para as resistências à causa aliada por parte dos EUA e de países sul-americanos a política externa do Segundo Reinado. Esta, ao utilizar o *uti possidetis* como critério para definir as fronteiras do Império, consolidando o expansionismo territorial alcançado por Portugal na época colonial, e fechar o Rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional, criou resistências nos países vizinhos e nos EUA, que queriam acesso a essa via fluvial. Na realidade, os Estados Unidos procuraram mobilizar o Peru e a Bolívia em favor da abertura à navegação, sem, no entanto, alterar a posição brasileira.

No entanto, o governo imperial necessitava concentrar na guerra e, para evitar atritos com Washington, que desviassem atenção e recursos brasileiros da luta contra o Paraguai, bem como para neutralizar as repúblicas americanas do Pacífico, abriu a bacia amazônica à navegação internacional em dezembro de 1866.³

Propostas formais de mediação para negociações que alcançassem a paz entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foram feitas formalmente pelos EUA e por repúblicas sul-americanas do Pacífico. Também a diplomacia inglesa fez uma tentativa de mediação entre as partes em luta, mas de modo incidental, por iniciativa tomada pelo diplomata inglês Gerard Francis Gould em decorrência de oportunidade favorável e sem instruções específicas de Londres para tanto.

A INICIATIVA NORTE-AMERICANA

Terminada a Guerra Civil, os EUA puderam ter uma política externa mais ativa. Assim, por exemplo, passaram a ajudar o governo mexicano de Benito Juárez para vencer a intervenção francesa. Era lógica, pelos motivos já expostos, que na Guerra do Paraguai houvesse uma inclinação norte-americana em favor de Solano López, cujo país era formalmente uma república.

Em dezembro de 1866, Congresso norte-americano aprovou uma resolução recomendando que o Departamento de Estado oferecesse a mediação norte-americana para obter o fim da guerra. O conflito já durava ano e meio e a resolução argumentava que sua continuidade prejudicava o comércio no Rio da Prata, bem como constituía ameaça às instituições republicanas na região. O Departamento de Estado recebeu com frieza a recomendação, mas a acatou e remeteu aos países em guerra a proposta de um armistício. Por ela, durante a vigência do armistício os representantes dos países em guerra deveriam reunir-se em Washington para negociações, nas quais cada uma das partes teria direito a um voto na definição das decisões que viessem a ser tomadas, o que significava que o Paraguai teria seu peso decisório igualado ao dos três países aliados que constituíam a outra parte, com direito a outro voto.

Caso não se chegasse a um acordo, o que nas circunstâncias era bastante provável, o presidente norte-americano designaria um árbitro para resolver o impasse. Desse modo, o governo norte-americano apresentava-se para a América Latina como seu protetor, postura que fora defendida, pouco antes, pelo ministro norte-americano no Rio de Janeiro, General Watson Webb, com vistas a desencorajar alguma iniciativa europeia nesse sentido. Nas palavras de Webb: "Devemos impregnar a todos os governos da convicção de que está de acordo com seus interesses e sua obrigação recorrer aos Estados Unidos para proteção e conselho; proteção da interferência europeia e conselho e assessoramento amistoso quanto às dificuldades com seus vizinhos".⁴

Entre janeiro e março de 1867, a proposta do governo norte-americano foi apresentada, por seus representantes diplomáticos, aos governos dos países envolvidos no conflito. De Buenos Aires o General Ashboth informou ao Departamento de Estado que os argentinos, à exceção daqueles que se enriqueciam com a guerra, eram favoráveis à proposta, como forma de conter a influência do Império no Prata. No Paraguai, Charles Washburn já em 22 de dezembro de 1866, antes de receber instruções de Washington para apresentar a proposta de mediação, encontrara-se com Solano López no acampamento de Paso Pucú, onde notou haver um clima de tensão. O governante paraguaio permanecia, porém, otimista e previu para o López esse diplomata que haveria atritos entre os aliados e que a Tríplice Aliança se desintegraria. Concluiu afirmando que os brasileiros, ficando sós na guerra e pressionados pelos enormes gastos para travá-la, teriam minada a força de vontade para continuar a lutar. Tal otimismo explicava-se pela vitória paraguaia na batalha de Curupaiti, ocorrida pouco antes; devido a notícias de descontentamentos na Argentina com a guerra e pela substituição dos chefes militares brasileiros, o que demonstrava estarem as forças aliadas sofrendo de uma crise interna, que se tornou visível com a derrota sofrida pouco antes.⁵

A expectativa de Solano López, da proximidade de uma solução para a guerra fa-

vorável ao Paraguai, inviabilizava qualquer iniciativa de paz. Assim, embora em 28 de dezembro de 1866 o governo norte-americano tomasse a decisão de se oferecer como mediador, Washburn fez gestões nesse sentido apenas em 7 de março do ano seguinte. Nesta data, ele partiu de Assunção para Humaitá e, em Paso Pucú, encontrou-se com Solano López que se mostrou receptivo à iniciativa mediadora dos EUA, pois acreditava que ela poderia resultar-lhe em algo favorável.⁶

O ditador autorizou Washburn ir ao campo aliado, onde este manteve reunião cordial com Caxias mas não obteve os resultados esperados, recebendo como resposta que os únicos termos que os Aliados considerariam para o fim das hostilidades seriam a renúncia desse chefe de Estado e sua retirada do Paraguai. O representante norte-americano, segundo o general brasileiro, deu "bem a perceber, ou disse-me mesmo, que López não podia continuar a guerra nem por dois meses e que considerava retirar-se para Europa". Após comentar que o líder paraguaio receava fazer sua retirada do país pela Bolívia, devido a longa distância a ser percorrida, Washburn perguntou se Caxias tinha muita vontade em prendê-lo, talvez em uma insinuação para que o comandante brasileiro permitisse a retirada do governante por linhas aliadas. No relato desse general, sua resposta foi a de que "não tinha vindo cá para lhe dar escapula; que, portanto, se tratasse de fugir, o fizesse de maneira que eu não pudesse agarrá-lo"⁷. No relato de Washburn, teria Caxias afirmado que era a intransigência de Solano López que impedia o fim da guerra e não a vontade do governo imperial e que os aliados estavam dispostos a permitir que ele se retirasse do Paraguai.⁸ O diplomata norte-americano retornou a Paso Pucú, encontrou-se com Solano López e informou-o que o comandante brasileiro acrescentou o comentário de que via o Exército Imperial se fortalecendo enquanto o paraguaio enfraquecia. O governante paraguaio respondeu que continuaria a lutar até o final, caindo com o último soldado e que não daria ao inimigo o prazer de vê-lo fugindo para o exterior.⁹ De todo modo, não havia a possibilidade de armistício pois em 26 de

abril de 1867 o Império recusou formalmente a proposta norte-americana e o mesmo fizeram os governos argentino e uruguaio.

A INICIATIVA INCIDENTAL INGLESA

Durante a guerra, o governo britânico permaneceu neutro, embora tenha contrariado os interesses dos Aliados ao revelar o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, que era secreto. O representante britânico em Montevidéu obtivera acesso ao texto do Tratado com o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Carlos de Castro, e enviou uma cópia ao Foreign Office. A guerra no Rio da Prata chamou a atenção do Parlamento britânico, e a ele o Ministério de Relações Exteriores prestou contas da posição britânica e, em 2 de março de 1866, apresentou aos parlamentares a íntegra do Tratado da Tríplice Aliança.¹⁰ Durante o conflito, embora os diplomatas britânicos na região do Prata tenham, algumas vezes, praticado atos que prejudicassem o Paraguai, no geral seguiram as instruções do seu governo, em favor da neutralidade.¹¹ Mesmo sendo crítico das características ditatoriais do regime de Solano López, o representante inglês em Buenos Aires, Edward Thornton, proporcionou-lhe “comunicações frequentes com o exterior”, enquanto a mala diplomática britânica, protegida de revista aliada por ter esse caráter, foi utilizada por Elisa Lynch, companheira do ditador paraguaio para, no mínimo, receber jornais europeus.¹²

Thornton tentou, inclusive, evitar a guerra entre o Império e o Paraguai, após Solano López romper as relações diplomáticas com o Brasil. De Buenos Aires, o diplomata escreveu, em 7 de dezembro de 1864, uma carta ao chanceler paraguaio José Berges, cujo texto afável demonstra a existência de uma relação amistosa entre ambos, oferecendo seus préstimos para uma “reconciliação” entre o Paraguai e o Império. Argumentou que fazia a oferta em nome pessoal, mesmo porque a Inglaterra estava em “atritos” com o Brasil, usando um eufemismo pois as relações diplomáticas estavam rompidas entre ambos desde 1863, por iniciativa brasileira.¹³ Embora ressaltasse ser uma proposta pessoal, Thornton era um diplomata de carreira

e não se ofereceria para mediar o restabelecimento das relações entre o Brasil e o Paraguai, se essa proposta não convergisse para o interesse do governo britânico de reduzir a tensão no Rio da Prata. A posição oficial britânica, tanto na guerra civil no Uruguai quanto na declaração de guerra entre o Paraguai e o Brasil, “foi de buscar frear uma escalada da guerra e intervir buscando a assinatura de um cessar fogo”.¹⁴

Essa postura do governo britânico permitiu uma tentativa incidental de pôr fim ao conflito. Em 26 de julho de 1867, o secretário da Legação britânica em Buenos Aires, Gerard Francis Gould, partiu para o Paraguai a bordo da canhoneira *Dotere!*, com missão de informar-se sobre a situação de cerca de 80 súditos britânicos no país, em sua maioria técnicos e engenheiros trabalhando para Solano López, e de retirá-los do país se assim o desejassem. A missão fracassou, pois Gould conseguiu falar com poucos de seus compatriotas e obteve do governo paraguaio a liberação de apenas três viúvas inglesas com seus filhos pequenos. Contudo, sua viagem proporcionou uma imprevista tentativa de mediação entre as partes em guerra.¹⁵

Ao chegar ao Paraguai, Gould teve uma audiência com Solano López em 18 de agosto. Na ocasião, o governante paraguaio queixou-se da acolhida pouco cortês de sua tentativa de paz feita há um ano, em encontro com Bartolomé Mitre, comandante aliado.¹⁶ O diplomata aproveitou a oportunidade para comentar que o Paraguai demonstrara o seu valor ao enfrentar inimigo “três vezes mais forte” e, com isso, conquistara o respeito mundial, bem como tinha obtido a satisfação da honra nacional. Portanto, acrescentou, a “razão aconselhava” o fim da guerra, pois sua continuidade levaria à destruição material de uma parte em luta e a bancarrota de outra. Solano López nada respondeu e, dois dias depois, em encontro com Luís Camiños, chanceler paraguaio, Gould reiterou a necessidade de se obter a paz e apresentou, por iniciativa própria, um projeto que servisse de base para as negociações entre os governos paraguaio e aliados, que foram aceitas por Camiños e ratificadas por Solano López.¹⁷ Por esse projeto, os aliados respeitariam a independência e integridade territorial do

Paraguai; haveria libertação mútua de prisioneiros de guerra; seria promovida a retirada das tropas paraguaias de Mato Grosso e dos aliados do Paraguai; seria dada baixa aos militares paraguaios, exceto à força necessária à manutenção da ordem interna da República e, após a assinatura do acordo de paz, Solano López se retiraria para a Europa, assumindo o governo paraguaio o vice-presidente Sánchez.¹⁸

Aceita por Solano López essa base preliminar para negociação, Gould dirigiu-se ao acampamento aliado para apresentá-la. Mitre deu-lhe melhor acolhida do que de Caxias, deixando ao diplomata a impressão de que o plano proposto era aceitável para o general argentino, mas não para o brasileiro. De todo modo, não cabia a estes a decisão, como fizeram questão de ressaltar ao responderem que não podiam acolher a proposta, por estarem proibidos de negociar com Solano López. Informaram que a enviarão a seus governos mas, enquanto isso, continuariam a guerra. A essa altura, a proposta de Gould já estava inviabilizada pelo lado paraguaio pois este, ao retornar ao lado paraguaio, descobriu que Solano López mudara de opinião e, mais, que buscava isentar-se de qualquer responsabilidade na proposta de paz feita aos aliados.¹⁹ Em carta a Gould, o Chanceler Camiños contestou que seu governo inspirara o plano de paz, acusando-o de ser de autoria dos aliados, argumentando que antes de propô-lo o diplomata inglês teria se reunido com Mitre e Caxias. A proposta original, segundo Camiños, era a de Solano López deixar provisoriamente a chefia de Estado, que seria exercida pelo vice-presidente, para descansar na Europa. Conforme esse chanceler, por esse plano o governo paraguaio declararia ter-se equivocado ao interpretar que o Império possuía projetos ambiciosos para o Prata e lamentaria as medidas hostis que, sob falsa premissa, tomara contra o Brasil e Argentina. O governo imperial responderia garantindo não possuir ambições sobre as repúblicas platinas. O diplomata britânico desmentiu o chanceler paraguaio reafirmando, em carta dirigida ao representante diplomático brasileiro em Buenos Aires, que a iniciativa da paz não fora das potências aliadas. Também

Mitre, em correspondência enviada a Elizalde, garantiu ter sido de Solano López essa iniciativa de paz.²⁰

Gould não respondeu “a tão descaradas mentiras”, nas palavras de George Thompson, engenheiro inglês que prestava serviços ao governo de Solano López, e no mesmo dia retornou a Buenos Aires.²¹ Voltou duplamente frustrado, quer pelo fracasso em retirar seus compatriotas, quer pela frustração em não obter o armistício na guerra, mas “totalmente” simpático ao Brasil e convencido de que a guerra terminaria logo e de modo desfavorável ao Paraguai, por carecer de recursos para vencer os aliados.²² Antes de partir do Paraguai, Gould escreveu, em 10 de setembro, um informe confidencial ao Foreign Office, relatando a situação militar paraguaia e aliada. No relato Solano López é descrito como um déspota que mantinha a população passivamente obediente, por estar acostumada a não ser tratada como gente livre, embora os paraguaios fossem corajosos e destemidos. O Paraguai, escreveu Gould, estava arruinado e as tropas sofriam até com a escassez de uniformes, a ponto de vários soldados estarem praticamente nus, e de comida.²³

Gould foi o autor da proposta com as bases preliminares para a paz, mas não há dúvida de que Solano López aceitou-a e, depois, mudou de ideia. O motivo dessa mudança foi que, enquanto o diplomata inglês dirigia-se ao acampamento aliado, o ditador paraguaio recebeu carta de um amigo de Buenos Aires, membro da oposição, com a notícia de uma nova revolução contra Mitre. A carta aconselhava-o a não iniciar negociações de paz, pois as condições seriam melhores para o lado paraguaio após a revolta. Com efeito, dois dias depois, a nota de Camiños a Gould recusou a condição da retirada de Solano López do Paraguai para negociar-se a paz. Thompson e Stewart, ambos súditos britânicos prestando serviços ao governo paraguaio, apresentam esse mesmo motivo para explicar o fracasso da tentativa de intermediação de Gould. Esclarecem que este chegou ao Paraguai trazendo cartas para falsos destinatários, nomes que disfarçavam serem dirigidas ao governante paraguaio por amigos argentinos e uruguaios.²⁴ No início de 1868, Solano López

ainda acreditava que haveria uma revolta contra o governo argentino, escrevendo que “a guerra vai se aproximando de seu término”, favoravelmente ao Paraguai.²⁵

A INICIATIVA DE PAÍSES SUL-AMERICANOS

Também as repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico ofereceram-se como mediadoras em negociações para pôr fim à guerra. O governo peruano, presidido pelo Coronel Mariano Ignacio Prado Ochoa foi crítico à guerra e particularmente quanto ao conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, adotando posição favorável ao Paraguai. A diplomacia peruana trabalhou em conjunto com a chilena para encontrar uma solução negociada para o conflito e, em abril de 1866, o ministro de Relações Exteriores do Chile convidou representantes do Peru e da Bolívia para discutirem uma proposta de paz. Logo em seguida, se tornou público o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, o que causou apreensão no Peru e seu chanceler, Toríbio Pacheco, classificou-o como contrário ao “direito de gentes” ao buscar derrubar o governo paraguaio, quando o único que poderia fazê-lo era o povo paraguaio, detentor da soberania nacional. Acrescentou Pacheco que, se aceito esse precedente, criar-se-ia uma doutrina que “colocaria os demais Estados da América à mercê do que uma ou mais potências, vizinhas ou distantes, achassem por bem decidir sobre seus destinos presente e futuro”.²⁶

As ofertas de mediação das Repúblicas do Pacífico, apresentadas em meados de 1866, foram recusadas pelo Império que, simultaneamente, recebeu enérgicos protestos desses países contra o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, tornado público pelo governo britânico. À iniciativa de paz do Peru, a resposta do governo imperial foi a de que não iria

transigir de modo algum com o atual governo do Paraguai. Procedendo assim, não faz mais do que repelir a invasão do território do Império, [do que] punir os ultrajes feitos à sua dignidade e buscar garantias duradouras da paz e da ordem que não perturbou e lhe são necessárias.²⁷

Em mensagem ao Congresso Constituinte peruano, em 15 de fevereiro de 1867, o presidente Prado Ochoa leu, na presença do representante brasileiro que assistia à sessão, a *Memoria* das Relações Exteriores na qual afirmava:

[o] Paraguai sustenta contra o Império do Brasil e seus aliados uma luta em que a justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa. A bem dos beligerantes e por honra e conveniência da América, protestamos contra tal escândalo, oferecendo ao mesmo tempo nossa amigável interposição²⁸

Como consequência, o Império retirou de Lima seu representante, Francisco Adolpho de Varnhagen, rompendo relações diplomáticas com o Peru. O governo Prado Ochoa manteve postura de colaboração com o Paraguai, a ponto de utilizar as legações peruanas em Berlim e Paris para encaminhar correspondência do governo de Solano López a destinatários europeus.²⁹ Após a derrubada de Prado Ochoa pelo coronel José Balta y Montero em 1868, foram restabelecidas as relações diplomáticas entre o Império e o Peru. O governo Balta y Montero adotou uma postura neutra em relação à guerra, quer para diferenciar-se da política externa anterior, quer porque complicaram-se as relações entre o Peru e o Chile.³⁰

Nos países sul-americanos, o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança era visto como uma guerra de conquista que poderia gerar um precedente atentatório à independência dos países da região. O governo da Bolívia protestou, em julho de 1866, contra as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança, que comprometeria os direitos do país sobre o território até o rio Paraguai e a Bahía Negra – o Chaco – que era reconhecido como argentino. Mesmo sem reconhecer que o tratado publicado em 1866 pelo governo inglês era verdadeiro, a Chancelaria imperial deu explicações ao governo boliviano – o acordo da Tríplice Aliança não anulava a reivindicação boliviana sobre o Chaco – e, em setembro desse mesmo ano, nomeou o conselheiro López Neto para missão especial na Bolívia. Nela foi bem sucedido, pois

assinou com o governo boliviano o Tratado de Limites, Comércio e Navegação, afastando o risco de um possível apoio de Solano López ao chefe de Estado boliviano, General Melgarejo. Continuou, porém, o comércio entre o Paraguai e a Bolívia, por caminho terrestre/fluviais que passava por Corumbá, e em maio de 1867 foi criado um consulado boliviano em Assunção.³¹

O governo boliviano enviou, em junho de 1867, instruções ao Coronel Quintín Quevedo, que era representante da Bolívia, cumulativamente, junto ao Império, à Argentina e ao Uruguai, para que oferecesse os “bons ofícios de mediação” de seu país para suspender as ações bélicas. Devido às dificuldades, na época, das comunicações em longa distância, somente em fevereiro de 1868 apresentou Quintín Quevedo essa oferta ao governo imperial. Nela afirmava-se que a Bolívia lamentava ver povos amigos sofrendo a calamidade da guerra entre si e prometia que a mediação boliviana deixaria “incólume a dignidade de todos e especialmente a dos aliados, que acreditam terem sido agredidos”. O chanceler brasileiro interino, marquês de Paranaguá, agradeceu o interesse boliviano, fez uma rápida síntese da história das relações do Império com o Paraguai e assegurou ser de interesse do Brasil a existência do Paraguai como país independente, bem como que fosse mantida sua integridade territorial. Paranaguá responsabilizou Solano López pelo início da guerra e afirmou que “a deslealdade deste, sua invasão consumada de território brasileiro e argentino impediam qualquer acerto que não satisfizesse a honra e a dignidade” dos países agredidos.³² Quintín Quevedo também manteve contatos com os chanceleres da Argentina e Uruguai e, em ação conjunta com o representante chileno, Guillermo Blest Gana, propôs aos representantes aliados em Buenos Aires, em 17 de julho de 1868, a mediação conjunta da Bolívia e do Chile para por fim à guerra. Em 21 de agosto de 1868, os representantes aliados responderam deplorando os males da guerra, isentando-se de responsabilidades pelo início do conflito, pelo qual responsabilizavam Francisco Solano López, e concluíam afirmando que não podiam aceitar a proposta boliviano-chilena.

Quintín Quevedo e Blest Gana não conseguiram autorização de Caxias para que o diplomata chileno fosse ao Paraguai para fazer essa proposta a Solano López.³³

A simpatia pelo Paraguai na América do Sul não resultou em atos de apoio ao Paraguai que alterassem o destino da guerra. A ausência de apoio efetivo principalmente por parte das repúblicas do Pacífico, que tiveram iniciativas de mediação, explica-se pela falta de meios para ajudar Solano López. A Bolívia e o Chile não tinham marinha e nem exército com capacidade de ação contra o Brasil, além do que o presidente Melgarejo mostrava-se disposto a manter boas relações com o Império, em decorrência da assinatura do Tratado de Limites, Comércio e Navegação. Já o Peru, “mais hostil ao Brasil”, vivendo lutas internas, não podia opor-se ao Império.³⁴

SEM CHANCE PARA A PAZ

Visitando Humaitá em agosto de 1868, o diplomata inglês Richard Francis Burton avaliou positivamente a situação do Exército brasileiro, encontrando soldados em “excelentes condições”, bem vestidos, bem alimentados e também bem armados. Notou, porém, que a aliança entre argentinos e brasileiros era a mesma daquela entre cão e gato, e as altas autoridades militares dos dois países evitavam divergir, mas que o vínculo de união entre eles era político e não de simpatia. Afirmou que “a guerra não é popular em parte alguma do Prata e espera-se que seu término seja acompanhado de dificuldades”,³⁵ entre os antigos aliados. Era generalizada, portanto, a percepção que Solano López manifestara meses antes de que a aliança entre a Argentina e o Império brasileiro era superficial e não perduraria. No entanto, as lideranças militares e políticas de ambos os países conseguiram, apesar de divergências, manter a aliança tempo suficiente para ocupar a fortaleza de Humaitá, centro do sistema defensivo paraguaio, e abrir o caminho para as forças aliadas penetrarem no interior paraguaio em perseguição a Solano López.

A ocupação de Humaitá pelos aliados e o domínio do Rio Paraguai, até Assunção,

pela Marinha Imperial mais do que inviabilizar a perspectiva de vitória que Solano López acalentava, anulou a capacidade deste de conter o avanço aliado, como fizera desde 1866. A situação era crítica para o governante paraguaio, tanto que em abril de 1868 as forças paraguaias foram evacuadas de Mato Grosso de modo a irem reforçar o teatro de operações ao sul.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro as dificuldades militares da guerra eram agravadas pela polarização política, com os liberais atacando o comando do marquês de Caxias, que além de general era senador pelo Partido Conservador. Inicialmente, quando estavam no poder, os liberais-progressistas do gabinete Zacarias faziam esses ataques para tentarem dividir com Caxias, perante o público brasileiro, o desgaste da longa duração da guerra. Com a queda do gabinete liberal de Zacarias e a nomeação, por Pedro II, do conservador visconde de Itaboraí para a função de presidente do Conselho de Ministros, os ataques a esse general passaram a ser uma forma de atingir o novo governo. O marquês, por sua vez, criadas novas condições com a queda de Humaitá, partiu para a ofensiva, mas após vivenciar dois anos de guerra sangrenta e conhecendo as dificuldades de terreno, de logística para as forças aliadas e a capacidade de combate do soldado paraguaio, estava consciente de que muitos sacrifícios financeiros e humanos seriam feitos pelo Império antes de obter militarmente a vitória no conflito. No entanto, com a ascensão do seu Partido ao poder e com o novo governo composto por seus companheiros e amigos, Caxias sentiu-se à vontade para expor com franqueza sua opinião sobre o conflito para o novo ministro da Guerra, barão de Muritiba, a partir da nova situação militar no Paraguai. O marquês escreveu a este que o inimigo não mais tinha condições de fazer grandes operações militares, mas que a guerra entrava em uma nova fase que obrigaria o Exército Imperial a penetrar em um "país devastado e privado do mínimo recurso" para manter uma força invasora, fazendo o Tesouro brasileiro a ter mais gastos com os fornecedores – em grande parte argentinos – de mantimentos e produtos para a tropa de terra e para as

belonaves. Para ele, "como Brasileiro e Senador do Império e com a consciência de general", as "injúrias" que Solano López fizera ao Brasil "estão mais [do] que suficientemente vingadas" e, escrevia, a prova eram as grandes perdas paraguaias em combate. Afirmava que era a exigência do Tratado da Tríplice Aliança, de que Solano López se retirasse do poder e do Paraguai, que faziam com que este, "em seu orgulho descomunal", não pedisse se rendesse. Disciplinado, concluía afirmando que o governo imperial poderia contar com ele, fosse para continuar, fosse para acabar com a guerra.³⁶ Para Caxias, "já tiramos uma boa desforra do López, pois o Paraguai fica arrasado para 50 anos, pelo menos".³⁷

Também no Brasil o ambiente era propício para a paz. Havia no país ansiedade e desânimo popular em relação à guerra e, "no próprio Parlamento se clama e declama contra a duração da guerra".³⁸ No início de agosto de 1868, o representante diplomático italiano na capital brasileira registrava a "ânsia" do visconde de Itaboraí de obtê-la, pondo fim à guerra. Acrescentava, porém, que mesmo se o novo presidente do Conselho de Ministros conseguisse que Pedro II alterasse sua postura de continuar o conflito, ainda assim seria necessário que Solano López se convencesse sobre as vantagens de aceitar a paz.³⁹ No entanto, um ano antes, o representante britânico em Buenos Aires, George B Mathew, já manifestava dúvidas quanto à possibilidade de o ditador paraguaio aceitar solução negociada. Esse diplomata escreveu ao Foreign Office que "eu não posso, mas espero que, em caso de derrota, o Presidente López verá a maldade de expor o país e as pessoas que ele tem governado a uma continuação das misérias da guerra".⁴⁰

A defesa da paz por Caxias coincidia com a da opinião pública brasileira e, mais, estava de acordo com posição pregressa de expoentes do Partido Conservador, o que levava esse general a crer que o novo gabinete buscaria uma solução diplomática e não militar para a guerra. O próprio visconde de Itaboraí, novo presidente do Conselho de Ministros, quando estava na oposição criticara que não se tivesse aproveitado as ofertas de mediação por "nações amigas e poderosas",

para pôr fim ao conflito com o Paraguai. No entanto, D. Pedro II decidiu que a guerra prosseguiria até a expulsão de Solano López do Paraguai e Muritiba comunicou a decisão a Caxias que acatou a ordem recebida.⁴¹

A Guerra do Paraguai é objeto de muitos estudos sobre diferentes aspectos, mas o que menos interesse desperta é o das tentativas de paz. Isso se explica pela pouca receptividade a elas na época em que foram apresentadas e seu resultado nulo, mas seu estudo contribui para a compreensão da dinâmica da guerra. É útil analisar não apenas as tentativas formais de negociar a paz, como é feito neste artigo, mas também os motivos dessa negociação não surgir como resultado de certas situações militares. Algumas destas foram o retorno da força invasora paraguaia de Corrientes a seu país; os resultados das grandes batalhas (Tuiuti, Curupaiti e Lomas Valentinas) ou o impasse no sistema defensivo de Humaitá, durante o ano de 1867; a obtenção do controle, pela Marinha brasileira, da navegação do Rio Paraguai até Assunção, no início de 1868, etc.

Desde 1866 havia elementos para os chefes militares e políticos das partes em luta suspeitarem que ao final da guerra mesmo a vitória custaria muito caro para o lado que a obtivesse e quanto mais durasse o conflito maior seria esse custo. Contudo, a documentação conhecida demonstra que Solano López e Pedro II em nenhum momento da guerra consideraram a hipótese de uma paz negociada: queriam a vitória militar. As propostas de paz feitas pelos EUA, por repúblicas sul-americanas e pelo diplomata inglês Gerard Francis Gould, foram feitas quando o lado aliado era induzido a crer em sua vitória militar pois seus soldados estavam em território paraguaio, mantinham sob pressão o sistema defensivo de Humaitá; tinham vencido a batalha de Tuiuti e o Rio Paraguai era bloqueado pela Marinha brasileira, isolando o inimigo do mundo. Do lado paraguaio, porém, o otimismo quanto a uma vitória decorria da contenção dos aliados frente a Humaitá, da dificuldade da Esquadra imperial em ultrapassar essa posição, da vitória para-

guaia em Curupaiti e da situação interna na Argentina, com aumento da oposição a Mitre e à guerra. Solano López acreditava que a Tríplice Aliança não se sustentaria e que o Paraguai poderia sair vitorioso do conflito.

As expectativas de vitória das duas partes, realistas ou não, levaram-nas a não pensar na paz negociada como verdadeira alternativa à guerra. No entanto, essa expectativa não podia ser mantida por Solano López a partir da ocupação aliada de Humaitá em julho de 1868, que mudou a situação do teatro de guerra, inviabilizando claramente a possibilidade de vitória paraguaia no conflito. Já com a posse dessa fortaleza pelos aliados e, antes, com a retirada da tropa invasora paraguaia de Mato Grosso, Solano López deixou de constituir ameaça real ao Império, conforme argumentou o então marquês de Caxias ao propor ao governo imperial que se pusesse fim à guerra mediante a negociação. No entanto, a iniciativa de propor o armistício e negociar a paz não foi tomada por Solano López ou Pedro II.

Desde a década de 1840 confundiam-se o Estado paraguaio e os interesses da família López. Ao suceder em 1862 seu pai, Carlos Antonio López, no poder, Francisco Solano López incrementou esse patrimonialismo, que pode ser constatado no enriquecimento de sua companheira Elisa, que se apropriou de terras públicas e imóveis, ou no uso de recursos públicos na construção de seu palácio pessoal; também aumentaram a arbitrariedade e o personalismo nas decisões governamentais. Virtual dono do Paraguai e do destino de seus habitantes, Solano López tinha exagerada confiança na sua capacidade de tomar decisões, uma característica dos ditadores que não estão acostumados a escutar opiniões contraditórias às suas. Para o líder paraguaio sair do poder – exigência aliada para se negociar a paz – significava perder o Estado que encrava como sua propriedade e, como consequência dessa lógica, a seu destino pessoal atrelava o destino do país. Acostumado a ter suas decisões obedecidas e efetivadas, Solano López não reconhecia que na guerra a realidade era outra e que a realização de suas ordens dependia de serem pragmáticas e capazes de se imporem à capacidade

militar e política dos aliados. Na guerra, o voluntarismo e a arrogância autoritária característicos do comportamento de Solano López eram inócuos e, mesmo, contraproducentes, como demonstram, respectivamente, a ordem de março de 1868 para que seus bravos soldados, tripulando canoas e armados de sabres e punhais, tomassem navios da esquadra brasileira ou, ainda, a recusa – tão altiva quanto inútil – em depor as armas em Lomas Valentinas.

Pedro II, por sua vez, manteve-se firme na postura de que era preciso acabar com a influência de Solano López no Paraguai para garantir a paz futura. O Imperador recusava qualquer negociação para pôr fim ao conflito que não tivesse como premissa a retirada deste governante do país, exigência que constava no Tratado da Tríplice Aliança e que foi questionada por Caxias em agosto de 1868. Nesse Tratado afirmava-se e era constantemente repetido pelos aliados que a guerra não era contra o povo paraguaio mas, sim, contra Solano López, o qual, segundo a justificativa do Império para mobilizar brasileiros para a guerra e sustentar os sacrifícios para travá-la, tinha

atingido a honra brasileira ao apreender o navio Marquês de Olinda sem declaração de guerra, bem como ao invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Essa honra, dizia-se, seria resgatada com a derrota do chefe de Estado paraguaio. Havia, ainda, uma lógica geopolítica do Estado Monárquico que ia contra a negociação de paz com Solano López, a de que esta poderia levar governantes de outros países da América do Sul a crerem ser possível desafiar e agredir o Império brasileiro sem penalização. Por último, uma paz negociada poderia colocar em risco a continuidade do Estado Monárquico pois, após tantos sacrifícios exigidos do país com a guerra e a identificação do Imperador com esse esforço, o governo imperial se mostraria fraco e incapaz. Isso quando acirravam-se as contradições políticas no Rio de Janeiro e, a partir de meados de 1868, passou a ser inclusive questionado o uso pelo Imperador de sua faculdade constitucional de substituir os gabinetes de ministros.

Para Pedro II e Francisco Solano López, a paz negociada antes que uma solução constituía uma ameaça às estruturas políticas que encabeçavam.

FONTES

I) PRIMÁRIAS

a) Manuscritas

Archivo General de Asunción (Assunção – Paraguai);
Arquivo História do Itamaraty (Rio de Janeiro – Brasil);
Archivo del Instituto y Museo de Historia Militar (Assunção – Paraguai);
Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madri – Espanha);
Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa – Portugal);
Archivo del Museo Mitre (Buenos Aires – Argentina);
Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – Brasil).

b) Impresas

Archivo del General Mitre; documentos y correspondências. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1911.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Tradução José L. Dantas, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias*; reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Asunción: El Lector, 1987, v. II.

BRITISH GOVERNMENT. *Correspondence respecting hostilities in the River Plate* presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty, 1868. London: Harrison and Sons s.d.,. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RSpcAAAAQAAJ&pg=RA7-PA9&lpg=RA7-PA9&dq=Secretary+%2B+Gould+%2B+Buenos+Aires&source=bl&ots=TqaoLtmO9K&sig=c498uKTPgLHRsn9v8fzgbKx6410&hl=pt-BR&sa=X&ei=5N5Z-Vfq6LMq1ggSBnYH4DA&ved=0CCgQ6AEwAA#v=onepage&q=Secretary%20%2B%20Gould%20%2B%20Buenos%20Aires&f=false>

IMPÉRIO DO BRASIL. Anais do Senado, 1869, v. IV

_____. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1868.

THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Asunción: RP Ediciones, 1992.

UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Correspondencia Mitre-Elizalde*. Buenos Aires: UBA – Departamento Editorial, 1960.

WASHBURN, Charles A. *The History of Paraguay; notes of Personal Observations, and reminiscences of diplomacy under difficulties*. Boston/New York: Lee and Shepard Publishers, 1871, v. II.

II) SECUNDÁRIAS

ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal. Perú y la Guerra del Paraguay, 1864-1870 in CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.). *La Guerra del Paraguay; historiografías, representaciones, contextos*. México, DF, El Colegio de México – Centro de Estudios Históricos, 2012, pp. 363-381.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O expansionismo brasileiro; o papel do Brasil na Bacia do Prata – da Colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAJÍAS DE LA VEGA, Fernando. Bolívia y la Guerra de la Triple Alianza in: CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.), op. cit., pp. 383-398.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FANO, Marco. El “partido de la paz” en Río de Janeiro in CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. *Paraguay: investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia, 2013, pp. 147-156.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos; GIMENEZ DE HERKEN, Maria Isabel. *Gran Bretaña y la guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Editorial Arte Nuevo, 1982.

OSORIO, Joaquim Luís e OSORIO FILHO, Fernando Luís. *General Osorio: pela verdade histórica – rebatendo perfídias*. Rio de Janeiro: Casa Bevilacqua, 1914.

PINHO, Wanderley. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

TEIXEIRA SOARES, José Alvaro. *O drama da Tríplice Aliança (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1956.

TINOCO, Brígido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Taurus, 2010, v. II .

_____. Protesta, desilusión y primeras tentativas de lograr la paz. La crítica a la Triple Alianza (1866) in CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. *Paraguay em la historia, la literatura y la memoria*. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2011, pp. 239-249.

- ¹ BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O expansionismo brasileiro*; o papel do Brasil na Bacia do Prata - da Colonização ao Império. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 269. Faustino SARMIENTO para MITRE, Nova Iorque, 22/12/1867 in: *Archivo del General Mitre*; documentos y correspondências. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1911, v. 1, p. 73. Legação do Brasil no Chile ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Santiago, 16/4/1867. Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro), Ofícios Reservados e Confidenciais Legação no Chile, 231-1-2.
- ² É polêmico o número de habitantes do Paraguai pré-guerra, havendo os que afirmam que eram 600.000 e, mesmo, um milhão de pessoas. Na opinião do autor deste artigo, esse número está no intervalo entre 318.000 e 400.000 pessoas.
- ³ BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 88-97.
- ⁴ Watson WEBB para Secretário de Estado William H. SEWARD, Rio de Janeiro, 7.8.1866 in: WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Taurus, 2010, v. II, p. 252 (em espanhol no original)
- ⁵ Apud WHIGHAM, idem, p. 258
- ⁶ WASHBURN, Charles A. *The History of Paraguay*; notes of Personal Observations, and reminiscences of diplomacy under difficulties. Boston/New York: Lee and Shepard Publishers, 1871, v. II, p. 180.
- ⁷ CAXIAS para OSORIO, Tuiuti, 20.3.1867 in: OSORIO, Joaquim Luís e OSORIO FILHO, Fernando Luís. *General Osorio*: pela verdade histórica – rebatendo perfídias. Rio de Janeiro: Casa Bevilacqua, 1914, p. 340.
- ⁸ WASHBURN, v. II, p. 185
- ⁹ Idem, p. 191.
- ¹⁰ Frederico Francisco de FIGANIERE, Encarregado de Negócios espanhol, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, of. nº 68, Rio de Janeiro, 8.5.1866. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha), caixa 209.
- ¹¹ HERKEN KRAUER, Juan Carlos; GIMENEZ DE HERKEN, Maria Isabel. *Gran Bretaña y la guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Editorial Arte Nuevo, 1982, p. 20, 53.
- ¹² *Memoria del Capitán de Fragata Dn. Pedro V. Gill, dictado ao Dr. E. Zeballos – 1864-1868 – De Corrientes a Tymbó – 1888 – Asunción*. Archivo del Instituto y Museo de Historia Militar – Ministerio de Defensa (Paraguai), Colección Zeballos, pasta 137.
- ¹³ Archivo General de Asunción (Paraguai), Colección Rio Branco, documento 3277. O documento é escrito originalmente em espanhol.
- ¹⁴ HERKEN KRAUER; GIMENEZ DE HERKEN, p. 52. O trecho é escrito originalmente em espanhol.
- ¹⁵ George Buckley MATHEW, Ministro Residente britânico, para Gould (Instruções), Buenos Aires, 24.7.1867; MATHEW para Lord STANLEY, Buenos Aires, 10.10.1867 in: *Correspondence respecting hostilities in the River Plate presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty*, 1868. London: Harrison and Sons s.d., respectivamente p. 3 e 7.
- ¹⁶ Em 12 de setembro de 1866, Francisco Solano López manteve um encontro com Bartolomé Mitre, do qual se retirou o general Flores, após um atrito verbal com o ditador paraguaio. Nenhum general brasileiro participou do encontro, devido à instrução do governo imperial de que nenhuma autoridade brasileira deveria negociar com o líder paraguaio. Nesse encontro, Solano López convidou Mitre a abandonar a aliança com o Brasil, pois não tinha motivos para guerrear contra os argentinos e tentou obter uma paz em separado com a Argentina. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 239-242.
- ¹⁷ MAURY para o ministro de Assuntos Estrangeiros da Espanha, ofício 115, Buenos Aires, 9.10.1867. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha), Política Exterior de Paraguay, legajo 2576. Maury, em conversa particular com Gould, ouviu a versão deste sobre essa mediação e relatou-a seus superiores em Madri.
- ¹⁸ THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Asunción: RP Ediciones, 1992, p. 155. G. F. GOULD, quartel-general em Tuiú-Cué, 12.9.1867. IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* (Brasil), 1868, p. 87. MITRE para ELIZALDE, 12.9.1867 in UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Correspondencia Mitre-Elizalde*. Buenos Aires: UBA – Departamento Editorial, 1960, pp. 390-391.
- ¹⁹ MAURY para o ministro de Assuntos Estrangeiros da Espanha, ofício 115, Buenos Aires, 9.10.1867. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha), Política Exterior de Paraguay, legajo 2576.
- ²⁰ Luís CAMIÑOS para GOULD, quartel-general em Passo-Pucú, 14.9.1867 in IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* (Brasil), 1868, p. 87. GOULD para Fortunato de BRITTO, Buenos Aires, 6.10.1867 in Idem, Anexo 1, p. 8. MITRE para ELIZALDE, "Reservadíssima", [Tuiú-Cué], 12.9.1867. Museo Mitre (Argentina), Archivo Inédito de Mitre, A-8 C-14 C-44, documento 12.476.
- ²¹ THOMPSON, p. 156.
- ²² BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Tradução José L. Dantas Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 155, 284.
- ²³ GOULD para MATHEW, *confidential*, Paso Pucú, 10.9.1867 in *Correspondence respecting hostilities in the River Plate presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty*, 1868. London: Harrison and Sons s.d., p. 30.
- ²⁴ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias*; reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Asunción: El Lector, 1987, v. II, p. 275. THOMPSON, p. 154. *Declaraciones del Dr. Stuart [sic!] subdito inglés cirujano mayor del Ejército del Paraguay*. Archivo del Instituto y Museo de Historia Militar, Colección Zeballos, carpeta 124.
- ²⁵ SOLANO LÓPEZ para José BERGES, s.l., 2.1.1868. Archivo Nacional de Asunción, Colección Rio Branco, documento 4392.
- ²⁶ ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal. Perú y la Guerra del Paraguay, 1864-1870 in CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.). *La Guerra del Paraguay*; historiografías, representaciones, contextos. México, DF, El Colegio de México – Centro de Estudios Históricos, 2012, p. 365, 370.
- ²⁷ Benigno G. VIGIL, "Legação do Peru no Brasil", Buenos Aires, 21.6.1866 para o governo imperial. A representação peruana junto ao governo brasileiro era cumulativa com a da Legação do Peru em Buenos Aires. Nota do governo imperial à Legação do Peru (assina o chanceler Martim Francisco Ribeiro de Andrada), Rio de Janeiro, 4.9.1866. IMPÉRIO DO BRASIL, *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1868, anexo 1, pp. 4-6.

- ²⁸ TEIXEIRA SOARES, José Alvaro. *O drama da Tríplice Aliança (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1956, p. 191.
- ²⁹ Felipe OSORIO, ministro das Relações Exteriores do Peru, para o chanceler José BERGES, Lima, 13.5.1867. Archivo Nacional de Asunción, Colección Rio Branco, documento 4405.
- ³⁰ TEIXEIRA SOARES, p. 364, 366.
- ³¹ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1868, Anexo 1, pp. 24-26. Mariano NUNES, ministro das Relações Exteriores da Bolívia, para o chanceler José BERGES, La Paz, 7.5.1867. Archivo Nacional de Asunción, Colección Rio Branco, documento 4395.
- ³² QUINTÍN QUEVEDO ao Ministro de Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 5.2.1868 in CAJÍAS DE LA VEGA, Fernando. *Bolívia y la Guerra de la Triple Alianza* in: in CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.), pp. 384-385.
- ³³ TEIXEIRA SOARES, pp. 386-387; 389.
- ³⁴ Legação imperial em Santiago para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ofício reservado, 16.6. 1867. Arquivo Histórico do Itamaraty, 231-1-2.
- ³⁵ BURTON, pp. 280-282.
- ³⁶ CAXIAS para o barão de MURITIBA, ofício confidencial, "Paré-cué, em frente a Humaytá", 14.8.1868. Arquivo Nacional, códice 924 (*Reservadas e Confidenciais - Correspondência do Comandante-em-Chefe*), v. 4, pp. 131-134.
- ³⁷ Carta de Caxias para a esposa, Humaitá, 19.8.1868 in TINOCO, Brígido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955, p. 205.
- ³⁸ VASCONCELLOS E SOUSA, ministro português no Brasil, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, 8.7.1868. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa – Portugal), Legação de Portugal no Rio de Janeiro, caixa 211.
- ³⁹ Sem identificação [Ministro Plenipotenciário conde Alessandro Fè d'Ostinani?] para Ministério de Assuntos Exteriores da Itália, Rio de Janeiro, cartas de 7 e 23.8.1868 apud FANO, Marco. El "partido de la paz" en Río de Janeiro in CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. *Paraguay: investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia, 2013, p. 153.
- ⁴⁰ MATHEW para Lord STANLEY, Buenos Aires, 26.6.1867 in *Correspondence respecting hostilities in the River Plate* presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty, 1868. London: Harrison and Sons s.d., p. 2.
- ⁴¹ Visconde de ITABORAÍ, sessão do senado de 3.8.1869. Anais do Senado, 1869, v. IV, p. 22. CAXIAS para PARANHOS, carta particular, 16.9.1868 in PINHO, Wanderley. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 238. CAXIAS para MURITIBA, particular, s/l., 26.9.1868. Arquivo Nacional, códice 924, *Guerra do Paraguai* –, v. 4, p. 265.